

“In modern societies the different media are especially important sites for the production, reproduction and transformation of ideologies.” Stuart Hall (1981/2003), “The Whites of Their Eyes: Racist Ideologies and the Media”, in Dines, Gail and Jean M. Humez, *Gender, Race and Class in Media*, pág. 90.

Agradecimentos

A elaboração desta tese não teria sido possível sem o apoio, a compreensão e a paciência de algumas pessoas, às quais gostaria de agradecer:

Ao meu orientador, o doutor Fernando Luís Machado, por ter sido exigente e me ter feito repensar muitas questões, por responder sempre de forma determinada e simpática a todas as questões que lhe coloquei e por me ceder um pouco do seu incomensurável conhecimento.

À doutora Rita Marquilhas, coordenadora do projecto CARDS e uma grande amiga, por compreender toda a agitação psicológica do processo de elaboração de uma tese e não só me ter concedido o tempo necessário para fazê-la, como ainda ter dispendido o seu tempo aconselhando, sugerindo e opinando sobre a tese.

À minha família e em especial aos meus pais por me terem incentivado em tudo o que fiz até hoje, por me terem dado consolo psicológico nos momentos mais complicados e pela sua disponibilidade sempre estonteante para ajudar no que for preciso.

Agradeço também aos meus amigos por partilharem comigo os altos e os baixos deste processo e terem ajudado sempre que foi possível. Muito obrigada à Ana Guilherme por todo o apoio e companheirismo, à Mariana Gomes pelas informações e pelos textos preciosos que me disponibilizou, à Marisa Cruz pela amizade e disponibilidade imensas e à Cristina Morgado por todo o apoio e ajuda que me deu com as ferramentas informáticas que precisei utilizar.

Last but not least, queria agradecer a uma pessoa muito especial para mim, o meu namorado, Bruno Soares, pela paciência que teve comigo durante todo este tempo e pelas várias jornadas que passámos juntos a estudar e a falar sobre a tese.

Resumo

A problemática das representações mediáticas das minorias não foi descoberta agora e muitos são já os estudos nacionais e internacionais a esse respeito. Contudo, tendo em conta que as minorias em questão (a cigana e a de origem africana) são minorias desde há muito enraizadas na cultura portuguesa, nomeadamente a cigana que se fixou em Portugal há quinhentos anos, vale a pena repensar a questão da sua representação na imprensa. Depois de tantos anos de convivência com a maioria dominante, que imagem das minorias é construída e propagada pelos media? Estas comunidades são devidamente representadas? Essa representação funciona como coadjuvante dos mecanismos de integração ou, pelo contrário, dificulta-os ainda mais?

Estas e outras questões são discutidas neste trabalho, partindo de um caso concreto, o da hiper-mediatização do dito “Tiroteio da Quinta da Fonte”, para um panorama mais geral. Para isso é feito um enquadramento teórico com base nas questões de fundo que envolvem a imigração, as minorias, o mundo dos media e a relação estabelecida entre eles. Este enquadramento vai depois sustentar as análises (quantitativa e qualitativa) de 32 exemplares de cinco jornais diários lisboetas sobejamente conhecidos, as quais permitem de forma mais concreta observar aspectos específicos da construção mediática das minorias.

Tendo em conta o poder dos media na construção, divulgação e propagação de ideologias, este trabalho pretende mostrar-se um instrumento útil no estudo e na análise dos mesmos no que diz respeito às minorias etnicamente diferenciadas.

Palavras-chave: media, construção mediática, minorias, imigração, africanos, ciganos, jornais populares, jornais de referência, étnico

Abstract

The problematic of the minorities media representation wasn't discovered nowadays and already many are the national and international studies on this matter. In spite of this, bearing in mind that the minorities concerned in this study (the gypsy's and the african portuguese ones) have been established in the Portuguese culture for so long, namely the gypsies that settled in Portugal five hundred years ago, it is worthwhile to rethink the issue of its representation by the press. After so many years of sociability with the dominant majority, which image is made of minorities and how is it diffused by the media? Are these communities properly represented? Is this representation acting as a co-operating system of the integration devices or, on the contrary, is it making them even more difficult?

This and other subjects are discussed in this work, drawing on a specific case, that of the “hiper-mediatization” of the alleged “Tiroteio da Quinta da Fonte” (Quinta da Fonte's shooting), and aiming at a more general view. To achieve this, a theoretical framework was made based on the underlying questions that include immigration, minorities, the media world and the relation between them. This framework supports the analysis (quantitative and qualitative) of 32 examples of five Lisbon daily well known newspapers, the ones permitting a more concrete way to observe specific aspects of the media construction of minorities.

Taking into account the media power in the construction, advertising and diffusion of ideologies, this work aspires to become a useful tool in the media studies and analysis concerning the ethnically differentiated minorities.

Keywords: media, media representation, minorities, immigration, africans, gypsies, popular newspapers, serious newspapers, ethnic

Índice

Introdução	1
CAPÍTULO I	
O estado da arte:	
A construção mediática da realidade e as minorias	2
O mundo dos media.....	2
A construção mediática	3
As minorias	8
CAPÍTULO II	
Contextualização: A representação mediática das minorias em Portugal	11
CAPÍTULO III	
Estudo de Caso: “O Tiroteio da Quinta da Fonte”	19
O caso.....	19
Metodologia adoptada.....	20
Análise quantitativa	22
Análise qualitativa	32
Conclusão	37
Bibliografia	39

Introdução

Este é o estudo de um caso concreto que se deu entre 10 e 11 de Julho de 2008 e que ficou conhecido pela sua cobertura mediática como o “Tiroteio da Quinta da Fonte”. Este caso tem um interesse particular, não só pela hiper-mediatização de que foi alvo, mas também pelo envolvimento de duas comunidades minoritárias específicas: a de origem africana e a cigana, as quais em termos qualificativos serão provavelmente as mais discriminadas de entre o conjunto de minorias que existem em Portugal. Para além desta questão, existe ainda o facto de as versões serem algo diferentes de media para media, o que sugere uma manipulação dos factos de modo a obter mais impacto junto da população. Neste caso específico, houve pelo menos três versões diferentes da mesma “estória”. A mais divulgada pelos media foi a versão de que o “tiroteio” teria sido motivado por uma “rixa” entre dois grupos étnicos diferentes (os “africanos” e os ciganos). Contudo, é possível encontrar mais duas versões bem documentadas, uma das quais comprova o envolvimento de indivíduos pertencentes à maioria dominante.

Não é minha intenção verificar o que é ou não verdade neste caso, mas sim analisar de que modo a imprensa (a de referência e a popular) representou as minorias nele envolvidas. Para isso foi analisado um total de 104 peças de cinco jornais diários bem conhecidos do grande público, tendo noção de que esta é apenas uma ponta ínfima do iceberg no contexto dos estudos sobre as representações mediáticas das minorias.

Sem pretensões de ser exaustivo, mas sem por isso deixar de ser sistemático, este estudo ambiciona mostrar-se uma ferramenta útil para repensar a problemática do tratamento mediático das minorias e reflectir sobre o papel dos media na construção da realidade e na integração social das minorias etnicamente diferenciadas.

Capítulo I

O estado da arte:

A construção mediática da realidade e as minorias

O mundo dos media

Como diria Nelson Traquina (2002), o jornalismo é uma profissão muito exigente, que não depende unicamente da técnica jornalística e que acarreta grandes responsabilidades sociais. Para se perceber a profissão, o que é uma notícia e como se dá o processo de construção mediática da realidade, é preciso perceber também como é o mundo dos media.

Ser jornalista é, antes de mais, prestar um serviço à sociedade. Contudo, prestar um serviço público/social implica muitas vezes estar condicionado a certas exigências. Não é nenhuma novidade que o mundo dos media, “ideologicamente pressuposto como «integrador» (Carvalheiro, 2008, 300), é regido por uma grande pressão, pela necessidade urgente de notícia, pelo conceito de valor-notícia (carácter excepcional da situação), pela concorrência feroz e, infelizmente, pela falta de formação adequada no que diz respeito a questões relacionadas com as minorias. Os media “são, hoje em dia em Portugal e no mundo, grandes empresas com capitais internacionalizados, propriedade de grupos económicos diversificados” (Cunha, 2005, 14). Após a privatização dos media, estas empresas regem-se cada vez mais pela lei do mercado, a par da economia e dos interesses mundiais. Em Portugal, um número reduzido de grupos, como a Portugal Telecom, a Media Capital e a Sonae, dominam toda a indústria da informação e cada vez massificam e internacionalizam mais os seus recursos. O valor económico da imprensa está directamente ligado aos factores tecnológicos e às exigências de mercado. Nesta lógica industrial de

produção e difusão de informação, os níveis de audiência determinam o lucro, pondo muitas vezes em causa os factores primordiais de produção de informação, tais como o tempo de fabrico (cada vez mais reduzido), as cadências (cada vez mais aceleradas), os meios ou energias utilizadas (cada vez mais escassos)¹. O factor económico que circunscreve o mundo dos media parece ser o ponto unanimemente menos positivo nos estudos críticos sobre o jornalismo. Contudo, apesar de todos os condicionamentos a que a profissão está sujeita devido à imposição do mercado em que ela se movimenta, é preciso ter em conta a sua “autonomia relativa”. “A influência dos *mass media* é admitida sem discussão, na medida em que ajudam a «estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas» (Roberts, 1972, 377 / Wolf, 1987, 126).” “Os jornalistas são participantes activos na definição e na construção das notícias, e, por consequência na construção da realidade” (Traquina, 2002, 14).

A construção mediática

A construção mediática da realidade está relacionada com um número elevado de factores que podem ou não ter relação entre si. Os mais evidenciados são: o conceito de “agenda-setting”, o “gatekeeper” e o “newsmaking”. Por este motivo, tento de forma sucinta abordar os principais aspectos de cada um dos factores mencionados. Contudo, um factor muito importante na construção mediática da realidade é também o da ética profissional, que será abordado tendo em conta os conceitos anteriormente referidos.

Segundo alguns estudos sobre os efeitos dos media realizados nos anos setenta no âmbito da *communication research* norte-americana, alguns investigadores

¹ V. Alberto Manuel Vara Branco em *A ética e a informação: o jornalista como profissional e o jornalista como pessoa*, pág. 69.

(contrapondo a teoria dos efeitos limitados que se pressupunha anteriormente), definiram a existência do que hoje ainda se chama de “efeitos mediáticos”. A partir desta premissa é dada atenção ao que se chama de “agenda-setting”, como estudo do papel dos media na criação e alteração de ideologias. Segundo esta teoria, e tendo em conta que o trabalho jornalístico se baseia sobretudo numa interação com o público, o que exige níveis razoáveis de confiança, defendeu-se a suposição da existência de uma relação de dependência entre a opinião pública (enquanto percepção do mundo) e a informação difundida pelos meios de comunicação social (Wolf, 1987, Parte II). “ [...] O pressuposto fundamental do “agenda-setting” é [o de] que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*” (Shaw, 1979, 96, 101/ Wolf, 1987, 128). Os media desempenham um papel fundamental na produção e reprodução de ideologias. Quando se fala de minorias, muitas vezes essa reprodução de ideologias significa reprodução de preconceitos. Na era global do consumo em que vivemos, em que a realidade muda a cada momento e tudo parece mover-se à velocidade de um relâmpago, o leitor sente necessidade de se apoiar nos meios de comunicação para andar informado, para poder perceber o que se passa no mundo, para se guiar por definições e explicações que sozinho não consegue obter. A necessidade de informação geral influencia até a conversação e a acção em grupo. Os jornais em particular, e os meios de comunicação em geral, são as pontes de ligação, os veículos de troca de informação. Os leitores podem não aceitar as visões / interpretações do real que neles são dadas, mas frequentemente tendem a fazê-lo por não possuírem mais meios para construir uma opinião diferente. E como a imprensa é um veículo que chega a milhares de pessoas, estas ideologias vão ser legitimadas pelo público tornando-se em “senso comum”.

Contudo, esta determinação não fez com que os media fossem vistos como agentes manipuladores, antes chamou a atenção para a questão da produção noticiosa

e para a possível distorção das representações da realidade poder afectar a opinião pública.

A partir da ideia de que os media exercem alguma influência na opinião pública, possivelmente, como deixa claro McLuhan “ [introduzindo] nos indivíduos certos modos de sentir, pensar e agir, conforme a essência dos media que utilizam” (Subtil, 2006, 72), podemos passar para um aspecto fulcral dos estudos sobre os emissores: o conceito de “gatekeeper”. Embora este conceito não tenha tido a sua origem na teoria anterior, tem alguma relação com ela no sentido em que, sabendo do poder que os media podem exercer, se torna natural e necessário estabelecer critérios para identificar o que é ou não notícia. O “gatekeeper” funciona então como um seleccionador que decide o que deve ou não ser noticiado. Contudo, “as pesquisas são unânimes em esclarecer que, na selecção, as referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema das fontes, predominam sobre as referências implícitas ao próprio público”(Wolf, 1987, 161), o que sugere que “«as decisões do gatekeeper são tomadas, menos a partir de uma avaliação individual da ‘noticiabilidade’, do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez»” (Robinson, 1981, 97 / Wolf, 1987, 161). É por isso que vão surgir estudos sobre a «distorção involuntária» da realidade, que estaria “ligada às práticas profissionais, às rotinas produtivas normais, aos valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar”(Wolf, 1987, 163).

Nesta lógica surgiriam, então, os estudos sobre o “newsmaking” (produção de informação) que se ocupariam de responder a perguntas relacionadas com “a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos” (Wolf, 1987, 167). Destas duas vertentes seriam definidos, por um lado, os parâmetros convencionais da profissão (retórica, tácticas, códigos, estereótipos, símbolos, papéis, rituais e convenções) e, por outro lado, as restrições que “«determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a

utilização das fontes até à selecção dos acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se [ser precavido em relação às] críticas do público» ” (Garbarino, 1982, 129 / Wolf, 1987, 168). Da junção de ambas sairiam os seguintes critérios: de “valor-notícia”, preconizados por Galtung e Ruge como um conjunto de critérios indispensáveis a um acontecimento para se tornar notícia (a situação inédita, inesperada e fortemente negativa; grande número de pessoas envolvidas; significado claro e relevante para o cidadão comum)²; de *routines* produtivas (recolha, selecção e apresentação de materiais informativos), incluindo-se nesta categoria as questões relacionadas com as fontes, as agências e o agendamento noticiário; de selecção de notícias (as notícias devem ser actualizadas, de preferência *breaking stories*, e o espaço tem uma importância fulcral), e de apresentação das mesmas ou *editing* (recontextualização dos acontecimentos por meio de títulos, resumos, fotos, etc.).

Para além destes critérios que se prendem sobretudo com questões técnicas e fazem parte da formação jornalística universitária, existem outros critérios que estão ligados sobretudo ao campo da ética. “A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impeça quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre a realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole essa fronteira” (segundo a teoria do espelho - Traquina, 2002, 76).

Embora esta não seja uma tarefa fácil, a imparcialidade é um dos requisitos mais aclamados pelos códigos deontológicos europeus. “ [...] o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (Traquina, 2002, 75). É-lhe exigido um distanciamento em relação ao que presencia “na medida em que o significado de um facto noticiado é ditado pelo contexto em que se insere” (Fidalgo, 1997, 4). Antes de qualquer outra coisa, a notícia deve ser o resultado de uma acção

² Galtung e Ruge (citados em Fowler, 1991 e em Carvalheiro, 2008).

intencional responsável guiada pela ética profissional. Como disse Max Weber, “a ética de responsabilidade e a ética de convicção não são termos absolutamente opostos, mas sim elementos complementares que devem concorrer para tornar o homem autêntico” (Weber, 1979, 97).

Se por um lado os jornalistas “desempenham um trabalho condicionado” (Traquina, 2002, 14) pelos factores referentes à profissão (como os que já foram anteriormente referidos e “pela pressão das horas de fecho, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do factor tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, [...] pelos imperativos do jornalismo como negócio, pela brutal competitividade [...]” (Traquina, 2002, 14), entre tantas outras questões), por outro lado, a sua própria *consciência profissional* deve obedecer a aspectos que dizem respeito a duas categorias específicas: as propriedades e as obrigações. Por propriedades entende-se “a moralidade pessoal conforme a ética universal; a responsabilidade consciente e racional e as virtudes sociais, principalmente a justiça” (Vara Branco, 2009, 75), e por obrigações, “a formação (educação); lealdade aos fins sociais da profissão [e o] perfeccionismo da consciência” (Vara Branco, 2009, 75). Caso estas duas facetas do jornalismo não se cruzem, pode correr-se o risco de, na luta pela ascensão no mundo dos media, as consequências serem visivelmente desastrosas, como disse Isabel Ferin Cunha: “primeiramente a inversão dos critérios de selecção do que «poderá ser notícia», ao privilegiar o espectáculo em detrimento do rigor da informação; seguidamente a prevalência da consulta a fontes institucionais e consolidadas (determinantes da visão dominante na sociedade, mas também, barateando a informação ao não exigir investigação), preterindo fontes diversificadas situadas na sociedade alargada; por último, a contaminação da linguagem jornalística pela linguagem publicitária e pelo entretenimento” (Cunha, 2005, 15), preterindo assim as formas de “Jornalismo Cívico, [o qual] propõe o regresso das «boas práticas» ao jornalismo, a valorização da ética e a

responsabilidade social na selecção e tratamento dos *issues* noticiosos (Mesquita e Traquina, 2003 / Cunha, 2005, 16).”

As minorias

O facto de as minorias (sobretudo as chamadas “étnicas”) em Portugal ou em qualquer outro país, serem muitas vezes vistas como o “Outro”, o desconhecido, o problema, não constitui nenhuma novidade.

Como é dito no artigo “Media and discrimination: an exploratory study on the Portuguese case”, esse “Outro” tem uma pertinência identitária: “that Other, independently of taking the shape of Imigrant, Gypsy or Woman, allows, on its turn, the definition of an Ourselves, through a permanent game of contrasts, contributing to «show» to the Portuguese society how «are» all those who are different” (pág. 6). A construção do estereótipo do “Outro”, de alguma forma, reafirma a construção da nacionalidade do “Nós” ou funciona como um seu intensificador (Cunha, 1997).

As minorias são vistas como grupos de indivíduos de baixa condição socio-económica, o que lhes confere desvantagem social e as distancia do quotidiano dos jornalistas e das classes médias/altas instruídas (ainda que muitas vezes este estereótipo nem coincida com a realidade). Faz parte do estereótipo ainda, a noção de que as minorias são compostas por imigrantes/estrangeiros que se deslocam dos seus países em busca de melhores condições de vida, o que leva a que “um indivíduo de nacionalidade norte-americana ou inglesa não seja considerado imigrante, ao contrário de um indivíduo de origem africana – mesmo que nascido em Portugal e com nacionalidade portuguesa” (Machado, 1993, 407-414 / Cunha, 2005, 11). Os jovens de origem africana e os ciganos são as minorias mais afectadas neste sentido.

Segundo Bastos, “ [...] considera-se que são minorias «os grupos que mantêm uma identidade sócio-histórica reconstruída em diáspora, uma identidade étnica, referenciada a uma pátria ou origem distante ou perdida e, sobretudo, a uma

genealogia vivida como minoritária, no interior de um Estado multi-étnico» (Bastos e Bastos, 1999, 12-14 / Cunha, 2005, 12). Contudo, se pensarmos na noção acima referida, podemos ver que para Bastos a etnicidade, a origem e a própria genealogia são os factores determinantes para a categorização de um grupo de indivíduos como pertencentes ou não pertencentes a uma minoria. Os factores mencionados obedecem a uma lógica de senso comum que é em grande parte falaciosa. A etnicidade, por exemplo, é uma característica comum a minorias e a maiorias, na medida em que faz parte do conjunto de traços distintivos de cada povo. Já a origem, como foi referido, nada tem a ver com o fazer ou não fazer parte de uma minoria, uma vez que minorias como a dos ciganos podem ser portuguesas há mais de 500 anos, e por último, podemos ainda referir o facto de a genealogia ser um factor partilhado quer pelas maiorias, quer pelas minorias.

O problema da representação das minorias passa sobretudo pela imagem do “Outro” por oposição à imagem do “Nós” que foi criada. Nesta lógica de afastamento entre etnia dominante e etnias minoritárias, o “outro” é facilmente visto como “uma figura particular, e especialmente ameaçadora” (Carvalheiro, 2008, 304), pois o desconhecido é recorrentemente tido como algo temível e perigoso. Sobretudo para as classes altas e médias instruídas (as quais são as principais produtoras e consumidoras da imprensa, vivem mais afastadas da realidade das minorias e procuram defender o seu património) a ideia de que as minorias, tidas como pertencentes a classes baixas, podem ser o “inimigo” bem próximo das suas casas, torna-se uma ideia aterrorizadora que faz com que se produzam e vendam muitos jornais³. Assim, a temática da marginalidade e da delinquência do “Outro” torna-se “[num] produto de elevado valor-notícia no novo panorama mediático nacional e [pauta-se] por sucessivas reaparições ao longo dos [tempos] ” (Carvalheiro, 2008,

³ Apesar de esta ser uma forma de discriminação mais subtil do que a efectuada pelas classes populares (mais directa e provocante), é possivelmente a que mais efeitos negativos tem em termos sociais.

304). Prevalece o medo, a desconfiança em relação ao “Outro” e o sentimento de insegurança.

No que diz respeito ao discurso utilizado pelas maiorias dominantes para descrever as minorias, segundo Teun Van Dijk (1993, 104 – traduzido), a ordem das palavras pode expressar o papel e a proeminência de significados escondidos. O “responsible agent” de uma acção é expresso em posição de sujeito da frase, ocorrendo em posição principal. Assim, se a maioria dos autores quiser mitigar as acções dos membros do seu próprio grupo (não minoritário), tenderá a colocá-las numa posição menos proeminente, expressando o papel do agente mais tarde na frase, como acontece nas frases passivas: “A group of Black youths was harassed by police officers”, ou então acontece a omissão desse agente: “Black youths harassed”. Também se pode recorrer a uma nominalização segundo este estilo: “the harassment of black youths was a major cause of the riots in Brixton”. Assim, a referência aos jovens negros resulta num constituinte frásico que é sujeito sintáctico, colocado no início da oração, enfatizando-se desta forma as acções negativas atribuídas a esse referente.

As minorias vêem-se retratadas na imprensa com uma “forte visibilização em períodos muito concentrados no tempo [e em que estão maioritariamente ligadas a temáticas relacionadas com o crime e a delinquência], alternando irrupções cíclicas de grande protagonismo com períodos de visibilidade relativamente baixa [em que parece haver uma grande tendência para simplesmente não mencionar nada relacionado com minorias]” (Carvalho, 2008, 308).

A forma como as minorias são percebidas (e representadas na imprensa) vai depois influenciar a imagem que elas fazem de si mesmas e que a sociedade de acolhimento faz delas, perpetuando uma realidade paralela de desconfiança e afastamento mútuos e pondo em causa os mecanismos de integração disponíveis.

Capítulo II

Contextualização:

A representação mediática das minorias em Portugal

Não é possível falar de minorias em Portugal sem falar de imigração⁴. Portugal, um país que foi e continua a ser um país de emigração, após sofrer uma série de transformações sociais (relacionadas com a entrada na EU, o crescimento económico do país e a consequente necessidade de construção de infra-estruturas) vai, como que subitamente, ser alvo de variados tipos de imigração por variados motivos. Contudo, esta é uma imigração que na sua grande maioria faz parte do projecto de colmatação das necessidades de desenvolvimento económico do país, sobretudo no que diz respeito à área da construção civil e dos serviços não qualificados (que já não interessavam a muitos trabalhadores portugueses).

Segundo estudos já feitos sobre a imigração em Portugal, terá sido na década de 60 que se iniciou a imigração africana para o país, sobretudo com a vinda de cabo-verdianos. A partir de 1974, chegou a Portugal um grande número de africanos e de portugueses retornados das ex-colónias portuguesas por causa de conflitos nas mesmas. Nas décadas seguintes, assistiu-se à consolidação dos fluxos migratórios africanos e, no final dos anos 90, surgia uma imigração variada, na qual se incluíam os imigrantes de leste⁵. Antes dos períodos mencionados, sobretudo os cabo-verdianos (os quais tinham uma presença frequente em Portugal) eram vistos como migrações inter-regionais, parte integrante da nação portuguesa enquanto povo colonizado, pelo que não se fazia uma distinção dos mesmos enquanto elementos de

⁴ Contudo, como vamos poder ver mais à frente, nem todas as minorias dependem deste factor.

⁵ Dados resumidos com base no levantamento feito por Rui Pena Pires no seu livro intitulado *Migrações e Integração* (2003).

uma nacionalidade diferente. “Podemos dizer que, [nesse] momento, a sociedade portuguesa não [tinha], ainda, a percepção da existência [das comunidades de origem africana], pois [eram] entendidas como herança ou prolongamento do Império Colonial” (Cunha, 2005, 11). Foi só após a independência dos PALOP que se exacerbou a nacionalidade portuguesa por oposição às dos “imigrantes”. Houve então um distanciamento entre o “Nós” e o “Outro”, baseado também no distanciamento espacial, sócio-cultural e identitário (que muitas vezes se vê refletido também em questões étnicas, o que leva à manifestação de teorias e atitudes racistas). “ [...] o étnico foi concebido como o «outro» em relação ao centro” (Carvalho, 2008, 298).

Neste panorama de multiculturalidade, Portugal teve que readaptar o seu modelo social e instituir políticas próprias em relação aos imigrantes. Se antes os imigrantes oriundos das colónias portuguesas não eram considerados como estrangeiros, mas sim como migrantes inter-regionais, agora, com “a alteração [política] da lei da nacionalidade, alteração [esta que condicionou e continua a condicionar], decisivamente, as condições de integração do conjunto dos imigrantes que, desde então [se têm vindo] a fixar em Portugal, bem como dos seus descendentes” (Pires, 2003, 126), os imigrantes passam a ser vistos como estrangeiros, como o “Outro”.

Nesse sentido, os media foram um espelho das medidas e directrizes portuguesas no que diz respeito às minorias. Segundo os estudos levados a cabo pelo Observatório da Imigração sob a coordenação da professora Isabel Ferin Cunha, o discurso dos media terá estado em consonância com os pressupostos coloniais até 1992, época em que se aproxima das políticas europeias. Em 1993, com a instituição da Europa enquanto espaço geográfico único, inicia-se “ «a construção do Outro imigrante e minoria» ” (Cunha, 2005, 11). A partir de 1995 e até 1998, foram

assumidas as políticas oficiais europeias sobre a imigração, e de 1999 a 2003⁶ foi posta em prática a consciencialização dos actores sociais em relação às questões relativas às minorias, tentando otimizar-se a relação com as mesmas com vista a uma melhor integração.

Contudo, de 1992 a 1995 os temas dominantes em relação às minorias eram a criminalidade e o Plano Especial de Realojamento (PER). Em 1996, havia «referências frequentes a “bairros problemáticos” e “gangs juvenis”». E a partir de 1998 passou a estabelecer-se, ao nível do senso comum, uma relação entre pobreza, negros, ciganos e imigração. “ [...] o agendamento dos “africanos” na imprensa portuguesa passou, na década de 1990, a ser sistematicamente associado a marginalidade social ou a casos criminais” (Carvalheiro, 2008, 303), contribuindo para a “hiper-mediatização dos «gangs de jovens africanos», que nesses anos constituiu a marca mais forte da construção das minorias como problema social” (Carvalheiro, 2008, 303).

No ano de 1999⁷, as políticas europeias para a imigração almejavam controlar e restringir entradas no espaço europeu, assegurar mão-de-obra barata e retardar o envelhecimento da população. Segundo Isabel Ferin Cunha, o discurso dos media também reflectia algumas dessas preocupações mas, até aos dias de hoje, quando se trata de grupos étnicos, parece continuar a haver uma tendência para temáticas relacionadas com a criminalidade, distorção da informação e impacto negativo na percepção pública.

⁶ Em 2003 saiu uma directiva (“Directiva 2003/86/CE do Conselho, de 22 de Setembro de 2003) em que se faz a regulação do direito à reunificação familiar. A EU também tem competência para promover “iniciativas orientadas para as minorias étnicas [...] e estratégias globais para o emprego, saúde, educação e inclusão social” (Spencer, 2006) das minorias. Ver AA.VV., *Mapa de Boas práticas. Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*, pág.29.

⁷ Ano em que se deu o Tratado de Amesterdão: EU enquanto espaço de liberdade, segurança e justiça (objectivo político). A partir de 1 de Maio de 1999 começou a fase da abordagem comunitária em que se implantava: a) a definição das condições de entrada e residência de estrangeiros (imigração legal); b) a luta contra a imigração clandestina e residência ilegal, incluindo o repatriamento de residentes em situação ilegal; c) os direitos e condições em que os nacionais de países terceiros que morem legalmente em países europeus podem morar noutros países europeus.

Podemos concluir que a relação entre as minorias e os media não tem sido uma relação muito boa. Cheia de altos e baixos e repartida entre boas e más práticas jornalísticas, o que é preciso evidenciar são os efeitos que dela surgem, quer na percepção das minorias pelos outros, quer na percepção que as próprias minorias têm de si próprias e da sua imagem na sociedade de acolhimento.

Os media, comumente chamados de “o quarto poder”⁸, influenciam a opinião pública tanto para o bem como para o mal, e é por isso que são agentes cruciais para a boa integração das minorias. Num país como Portugal, em que ainda existe uma grande percentagem de pessoas analfabetas e semi-analfabetas, os meios de comunicação funcionam como detentores da verdade e do saber. Informações incorrectas ou divulgadas de maneira negativa, podem causar danos colaterais massivos. O que se noticia e como se noticia, a caracterização que é feita de cada um dos envolvidos, a linguagem utilizada, os elementos simbólicos presentes, a repetição de fórmulas sintéticas, assim como a exacerbação de sentimentos negativos ou positivos, são componentes que fazem parte da construção da realidade por parte dos media.

As minorias são frequentemente inseridas dentro dos temas do crime, do realojamento, da integração / exclusão social, mas como é que elas são retratadas dentro de cada um desses temas? Esta seria sem dúvida uma temática interessante de se analisar; contudo, no caso específico das peças jornalísticas produzidas sobre o dito “Tiroteio da Quinta da Fonte”, visto que se inserem todas dentro da temática do crime, o mais viável será tentar ver de que forma é que a representação das minorias em questão pode ou não influenciar negativamente a percepção pública, e de que maneira isso afecta a boa integração das ditas minorias.

Fazendo uma breve retrospectiva, podemos facilmente ver que as relações entre os media e as minorias estão marcadas por pequenos grandes episódios, espaçados

⁸ Termo usado por José Manuel Barata-Feyo em Woodrow, *Informação. Manipulação.*, pág. 12.

entre si, que revelam sobretudo um discurso negativizante das minorias. À exceção do caso Vuvu, em 1994, e do caso Alcino Monteiro, em Junho de 1995, em que, apesar de as circunstâncias noticiadas serem também elas negativas, a imprensa fez uma cobertura essencialmente de apoio às vítimas, os restantes casos que marcaram o panorama da representação das minorias, como o “caso da Crel”⁹ em Julho de 2000, o arrastão de Carcavelos, em 2005, o caso que me proponho estudar - “O Tiroteio da Quinta da Fonte” entre 10 e 11 de Julho de 2008 e o caso do assalto ao BES por dois jovens brasileiros a 7 de Agosto de 2008¹⁰, são todos casos em que se deu proeminência a aspectos negativos das minorias.

A partir de 1994, a hiper-mediatização de casos associados às minorias (sobretudo as chamadas “étnicas”) torna-se recorrente. Antes do “Caso Vuvu”, “a 3 de Setembro de 1993, o *Independente* fez manchete com o mapeamento de grupos violentos dos subúrbios de Lisboa, baseando-se num relatório dos Serviços de Informação e Segurança (SIS) sobre a existência de “gangs de negros” como “a principal ameaça” a pessoas, a bens e à ordem pública¹¹, tendo já este termo sido utilizado em várias outras ocasiões por outros meios de comunicação para ilustrar situações semelhantes. Por sua vez, o “Caso Vuvu”, caso de uma família angolana em que o marido se encontrava em Portugal e a esposa, que o vinha visitar juntamente com uma filha menor, foi detida no desembarque no aeroporto por possuir passaporte zairense e não apresentar o bilhete de regresso, bem como o caso do assassinato de Alcino Monteiro, um português de origem cabo-verdiana que foi brutalmente assassinado por grupos de Skinheads no dia de Portugal (10 de Junho), conduziram à discussão do racismo, do processo de integração das minorias em Portugal e das leis a ela associadas. Os jornais tentaram perceber se os portugueses

⁹ O caso denominado “caso da Crel” diz respeito aos assaltos a bombas de gasolina e suposta tentativa de violação de uma actriz portuguesa por um grupo de jovens de origem africana. O caso suscitou contestação, por parte de alguns partidos políticos, das leis aplicadas a indivíduos estrangeiros.

¹⁰ Nesta altura falou-se muito numa “onda de violência”.

¹¹ Esta citação constitui uma nota de rodapé do artigo *Etnicidade e os Media: o “arrastão” de Carcavelos na Imprensa* de José Ricardo Carvalheiro, pág. 304.

eram racistas ou não, se o país de passado colonial considerado como acolhedor de imigrantes não passava de um país hipócrita e se os skinheads portugueses tinham diferenças ou semelhanças com os movimentos racistas estrangeiros.

A partir de 1996, com a assunção das políticas de imigração europeias, o governo concede uma nova época de legalização de imigrantes com intervenção activa por parte de algumas associações de jovens descendentes de imigrantes, como foi o caso da Associação Moinho da Juventude (Cova da Moura – Amadora). Simultaneamente, os media conhecem uma expansão dos seus investimentos, e, com ela, o aumento da concorrência entre os mesmos. Este fenómeno vai implicar uma luta pelas audiências que de alguma forma altera também o modo de encarar o processo de construção e difusão das notícias. Contagiados pelo mundo do marketing, os media vão dar mais importância aos chamados “leads” do que à verdade da notícia, caindo muitas vezes na tentação de exagerar para causar sentimentos intensos, como o medo, a indignação, a revolta, a consternação ou qualquer outro tipo de emoção nos leitores.

É neste contexto que as notícias sobre a criminalidade dos imigrantes vão proliferar. Ainda que não seja um exclusivo das minorias, uma vez que os jornais vivem cheios de notícias de crimes horrendos perpetrados nos mais diversos locais do país e do mundo, no caso das minorias a questão parece mais grave porque são uma constante, e porque não é dada importância ao outro lado, o lado das boas iniciativas, da inclusão.

A percepção (distorcida) com que se fica é a de que as minorias (especialmente as ditas “étnicas”) estão sempre envolvidas em algo de negativo e que são e serão sempre um problema. Para além disso, a menção recorrente à cor da pele ou à origem estrangeira dos envolvidos (sendo que isto raramente acontece quando se trata de meliantes caucasianos portugueses¹²) acentua a separação societal entre nacionais e

¹² Segundo José Ricardo Carvalheiro (2008), e tendo em conta a pesquisa realizada por Cristina Penedo sobre a imprensa portuguesa, “a notícia é sempre estruturada a partir das instituições de

não nacionais, entre o “Nós” e o “Eles”, criando “um poderoso efeito simbólico que potencia uma atenção crescente ao desvio das minorias e cria condições para uma hiper-mediatização de futuros casos” (Carvalho, 2008, 306). Os “Outros” são os causadores de problemas, os criminosos que os nacionais devem temer. Prova disso é, sem dúvida, o caso do “arrastão de Carcavelos”, que se deu a 10 de Junho de 2005. Este caso tornou-se no símbolo dos muitos outros episódios relativos à marginalidade¹³ dos jovens de origem africana que os jornais gostam de apelidar de “gangs de jovens africanos”. Este foi dos casos com maior impacto público até hoje, sendo que a sua hiper-mediatização o tornou num evento internacional de proporções inexplicáveis. Os jornais faziam capas com títulos como: “Bandos de jovens criam o pânico na praia de Carcavelos” (*Público*, 11 de Junho) ou “TERROR NA PRAIA” (*Correio da Manhã*, 11 de Junho) (Carvalho, 2008). Não se sabe ao certo o que aconteceu naquele dia, mas o que é facto é que não se tratava de um “arrastão”¹⁴ perpetrado por 500 adultos e jovens africanos de “gangs”, como a imprensa e as várias cadeias televisivas quiseram fazer acreditar. Para além de terem distorcido a verdade dos factos, os meios de comunicação social lançaram o terror e a insegurança pública sem terem provas do sucedido. Só mais tarde seria desmentida, por parte de agentes policiais, a versão do “arrastão”. “A cobertura noticiosa do caso foi apreciada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social como «uma versão deturpada e enganadora» dos acontecimentos” (AA. VV, 2006 / Carvalho, 2008,

controlo social, primando o criminoso sobre a vítima, mas fornecendo um esboço pobre do delinquente [que se restringe] ao sexo e à idade, ao que junta a “raça”, a origem ou a nacionalidade apenas quando se trata de ciganos, negros ou estrangeiros”.

¹³ Este termo é aqui utilizado no sentido mais adequado que é o de “à margem”. Como aconteceu no episódio do “arrastão” muitas vezes os jovens de origem africana são tidos como criminosos ou delinquentes mesmo antes de haver provas de o serem ou até sem nunca as terem havido.

¹⁴ Termo importado do contexto brasileiro de assaltos violentos perpetrados em grupo e em grande escala.

309). Mais uma vez, os jovens de ascendência africana foram alvo de uma estereotipagem negativa sem terem oportunidade de serem ouvidos. Os seus percursos, as suas histórias de vida, as suas condições existenciais foram omitidas, esquecidas, ignoradas. “Na globalidade dos média permanecem as saliências temáticas que ligam os “africanos” ao crime, apagando os seus contextos sociais e políticos” (Carvalho, 2008, 306).

As situações que envolvem duas ou mais comunidades diferenciadas costumam ser olhadas com estranheza e entendidas como eventualmente potenciadoras de conflito. A diferença, para além de causar curiosidade, causa também receio ou desconfiança. A presença de grupos numerosos considerados como não pertencentes ao “Nós” (maioria/”nacionais”), leva a uma colectivização dicotómica num plano simbólico. “A estigmatização e criminalização da “segunda geração”, ou mesmo dos “jovens dos bairros problemáticos”, no seu todo, [constitui] um movimento ideológico que permite salvaguardar a sociedade portuguesa, colocando o ónus na cultura, na “raça” ou na identidade, e despistando tudo o que sugira desigualdade de oportunidades ou marginalização” (Carvalho, 2008, 318).

Apesar de alguns estudos sobre os media¹⁵ e a sua relação com as minorias alegarem que o tratamento mediático tem vindo a sofrer algumas alterações positivas, e que o número de peças jornalísticas de tom negativo e de temática criminal tem vindo a decrescer para dar espaço a temáticas de cariz mais inclusivo, o que é facto é que podemos ver que, até aos dias de hoje, os eventos associados às minorias que podemos assinalar como eventos de grande impacto nos jornais e junto do público não são eventos de temáticas positivas. As minorias tornaram-se extremamente visíveis nestas ocasiões, mas sempre pelos piores motivos. As boas iniciativas não conquistam tanta atenção e por vezes nem são noticiadas, como é o caso de muitas iniciativas organizadas por membros de associações de imigrantes.

¹⁵ Nomeadamente os já referidos estudos efectuados pelo Observatório da Imigração, coordenados por Isabel Férrin Cunha.

Capítulo III

Estudo de Caso:

“O Tiroteio da Quinta da Fonte”

O caso

Assim como aconteceu com o “arrastão de Carcavelos”, “este caso, [também correspondeu] ao tipo de evento imprevisto a que os media reagem rapidamente e onde mais cruamente se pode detectar as representações sociais que os próprios jornalistas e comentadores transportam” (Carvalho, 2008, 309). Como disse José Ricardo Carvalho em relação aos critérios de valor-notícia preconizados por Galtung e Ruge, que se podiam encontrar no episódio do “arrastão”, também o dito “Tiroteio da Quinta da Fonte” se apresenta como uma situação inédita, inesperada e fortemente negativa, com grande número de pessoas envolvidas e com significado claro e relevante para o cidadão comum. Assim sendo, os media aproveitaram este fenómeno para divulgar em forma de verdade absoluta o que seria uma representação hiper-mediaticizada das minorias. Leonel Carvalho, secretário-geral do gabinete coordenador de segurança, em relação ao acontecido disse ao *Jornal de Notícias*: “São casos pontuais, com grande cobertura na comunicação social, que não representam o panorama geral.” Já José Fernandes, líder da comunidade cigana, comentava as imagens passadas nos noticiários televisivos dizendo: “Não sei porque é que só mostram ciganos nas imagens. (*Jornal de Notícias*).”

Os meios de comunicação tendem a construir uma realidade desfasada da realidade das minorias e que muitas vezes culmina num processo de “racialização do crime que pode ser especialmente [estigmatizador] quando se sabe que a maioria

constrói percepções homogêneas das minorias, sobretudo se estas tiverem baixo estatuto social” (Carvalho, 2008, 306).

O caso do “Tiroteio da Quinta da Fonte” reúne, assim, um interesse particular na medida em que se torna mais um exemplo investigável do discurso dos media sobre as minorias.

Metodologia adoptada

Este trabalho visa identificar a forma como as duas minorias em questão foram representadas neste episódio jornalístico. Parafraseando Teun Van Dijk (1993, 92), o que nos interessa saber é, em primeiro lugar, o que é que a imprensa enquanto instituição de um grupo étnico dominante escreve acerca das ditas minorias “étnicas”; em segundo lugar, o que nos dizem essas estruturas ou estratégias de discurso acerca dos preconceitos, ideologias ou outras cognições sociais sobre as minorias; e por último, quais são os contextos e as funções sociais e culturais desse tipo de discurso sobre as minorias; que papel desempenha esse discurso no desenvolvimento, no reforço, na legitimação e na reprodução de ideologias da maioria dominante¹⁶.

Para o efeito, coligiram-se 104 peças, tiradas de cinco jornais pertencentes às categorias de “Jornais de referência” e “Jornais populares”, todos jornais diários de Lisboa e bem conhecidos do grande público. A recolha do material utilizado foi toda ela feita na Hemeroteca Municipal de Lisboa, tendo-se procedido a uma selecção atenta de todas as peças e capas, e prestando-se particular atenção às datas e à estrutura dos originais. Esta selecção foi feita com base numa pesquisa de todos os exemplares dos ditos jornais publicados entre o dia 12 de Julho de 2008 (data em que saíram as primeiras notícias sobre o incidente) e o final desse mês. Desta pesquisa

¹⁶ Tendo em conta que as ideologias podem ou não ser de cariz discriminatório.

resultou a selecção de 32 exemplares, dos quais foram apenas retiradas as imagens referentes ao caso já mencionado, somando um total de 69 imagens. A sua compilação constitui um anexo ao formato digital desta tese.

Entre a listagem que faz parte deste estudo encontram-se categorizados como jornais de referência o *Público*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* e, como jornais populares, o *Correio da Manhã* e o *24 Horas*. Cada um destes jornais conta com a primeira notícia após o evento e as duas ou três notícias que sobre o mesmo tema foram publicadas nos dias seguintes. Consoante a relevância ou não das peças difundidas nos dias seguintes, algumas outras peças foram incluídas neste trabalho com a devida justificação da sua pertinência. As revistas e os suplementos foram excluídos da análise por não possuírem o mesmo formato e para que a análise não fosse enviesada por elementos alheios aos que me propus analisar. Volto a salientar que não é meu objectivo descobrir a verdade dos factos, mas sim analisar, de forma sistemática (mas não exaustiva), qual o tipo de representação feito pela imprensa sobre as minorias associadas a este caso.

A análise dos dados foi feita segundo duas perspectivas distintas: por um lado, a da análise quantitativa, inspirada nos estudos do Observatório da Imigração, *Media, Imigração e Minorias Étnicas (2003/2006)*¹⁷ coordenados por Isabel Ferin Cunha, e, por outro, a da análise qualitativa, mais ligada à área da linguística e inspirada na modalidade de análise de discurso defendida em estudos como os de Teun Van Dijk, i.e., a análise crítica do discurso.

A análise quantitativa foi suportada pelo programa informático *SPSS* (Statistical Package for Social Sciences) e permite saber com que frequência se verificam determinados aspectos da investigação e que relações se podem estabelecer entre

¹⁷ Estes estudos, realizados entre 2001 e 2006, analisam os discurso mediáticos sobre a imigração na imprensa e na televisão com base nos jornais diários “Público”, “Jornal de Notícias”, “Diário de Notícias”, “Correio da Manhã” e “24 Horas”, nos semanários “Expresso”, “Tal & Qual” e “O Independente” e nas revistas “Focus” e “Visão”. As categorias utilizadas têm por isso a ver com a quantidade de elementos que os diferentes géneros jornalísticos desenvolvem.

eles. Já a análise qualitativa, baseada em pressupostos linguísticos, permite saber que estratégias discursivas foram utilizadas neste conjunto específico de peças e que significado se pode obter do seu uso. No entanto, para a análise qualitativa foram usadas apenas as peças que aparentavam ser mais pertinentes.

ANÁLISE QUANTITATIVA

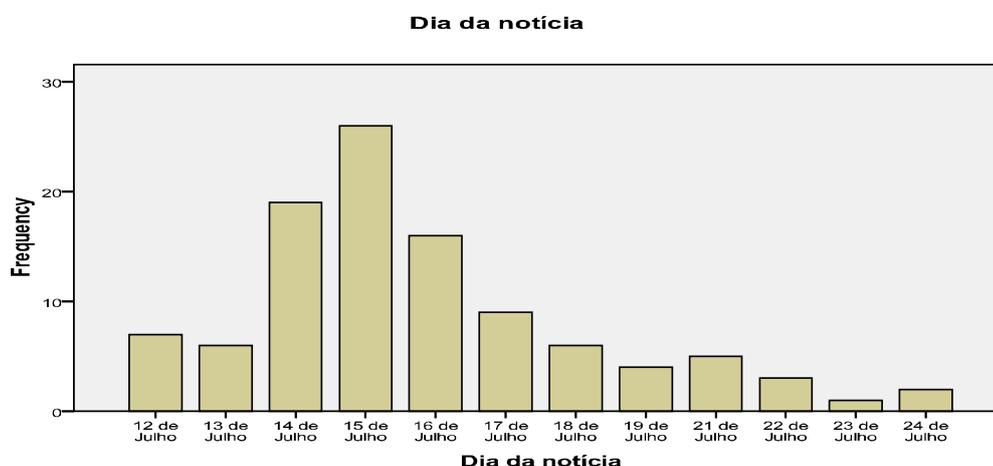
Como já foi referido anteriormente, a análise quantitativa que me proponho aqui fazer tem por base os estudos levado a cabo pelo Observatório da Imigração sob a coordenação de Isabel Ferin Cunha. Assim sendo, uma vez que este estudo incide apenas sobre um único tema e um único incidente que foi tratado ao longo do mês de Julho de 2008 de forma recorrente em todos os jornais mencionados, optei por, de forma mais concentrada, juntar algumas das categorias utilizadas no estudo já mencionado, isto para conseguir obter uma visão quantitativa de conjunto. Foram seleccionadas as seguintes categorias: quanto à forma – **Jornais analisados** (*Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Correio da Manhã e 24 Horas*) e **respectivos dias** em que saíram as suas publicações (de 12 a 24 de Julho), **Capa** (com fotografia, sem fotografia ou sem capa), **Espaço das peças** (1 ou 2 parágrafos, 1:8 de página, 1:4 de página, 1:2 página, 3:4 de página, 1 página, 1 página e 1:2, 2 páginas ou mais de 2 páginas), **Secção** (Chamada, Sociedade, Cultura, Economia, Portugal, Destaque, Nacional, Local, Última página, País, Internacional, Opinião, Actual, Polícia e Tribunais ou Outra), **Tipo de peça** (Entrevista, Reportagem, Notícia, Breve, Opinião, Editorial, Comentário ou Caixa) e **Fotografia** (até 1:4 de página, até 1:2 página, Gráfico, Outro ou sem); quanto ao conteúdo - **Denominação dada às minorias envolvidas** (Etnia cigana, Etnia africana, Africanos, Ciganos, De origem africana, Comunidade cigana, Comunidade africana, Negros, Pretos, Pessoas, Moradores ou Grupos), **Descrição das fontes** (Institucionais e Não institucionais – com menção à

etnia, sem menção à etnia ou sem aplicação) e **Descrição do evento** (Tiroteio, Rixa, Guerra, Violência, Luta, Disparos, Conflito, Faroeste, Confronto, Contenda, Desacatos, Desordem, Tiros, Incidente, Distúrbio); quanto ao discurso – **Vozes** (Governo, Políticos, Religiosos, Polícias, SEF, ACIDI, Federações, Associações de Imigrantes, SOS Racismo, Africanos, 2^{as} Gerações, Ciganos, Jornalistas, Populares¹⁸, Especialistas, Outros ou Nenhum). O discurso será depois analisado à luz da análise de discurso já referida.

Quanto à forma:

Se prestarmos atenção à evolução do número de peças, podemos ver que esta faz a curvatura esperada, tendo um pico no dia 15 de Julho e decrescendo nos restantes dias.

Gráfico 1: Evolução do número de peças publicadas entre 12 e 24 de Julho



¹⁸ Nesta categoria foram apenas contabilizadas as fontes sem nenhum envolvimento com o acontecido e das quais não se obteve nenhuma descrição concreta.

“Jornalisticamente, uma ocorrência ganha, a dado momento, foros de acontecimento. Progride na curva ascendente do interesse, logo, é objecto de um tratamento noticioso cada vez mais intenso. Atinge o ponto mais elevado da curva ascendente do interesse e inicia o seu percurso pela curva descendente do interesse” (Rebello, 2000, 48). O caso da aparente descida no dia 13 de Julho, explica-se pelo facto de ser um Domingo e apenas o *24 Horas* publicar nesse dia da semana.

Das 104 peças seleccionadas, 12 foram publicadas num conjunto de 6 exemplares do *Público*, 18 em 5 exemplares do *Diário de Notícias*, 17 em 9 exemplares do *Jornal de Notícias*, 35 em 8 exemplares do *Correio da Manhã* e 22 em 4 exemplares do *24 Horas* (ver Tabela 1). Isto perfaz um total de 47 peças para os jornais de referência e 57 para os jornais populares, não deixando dúvidas de que os jornais populares foram os que mais mediatizaram o caso.

Tabela 1: Jornais analisados (frequências e percentagens)

Jornais	Nº de Peças	%	Nº de exemplares	%	Nº de Páginas	%	Nº de peças por exemplar	%
Público	12	11,5	6	18,8	11	15,9	2	11,6
DN	18	17,3	5	15,6	17	24,7	3,6	20,9
JN	17	16,3	9	28,1	13	18,8	1,8	10,5
CM	35	33,7	8	25	17	24,7	4,3	25
24 H	22	21,2	4	12,5	11	15,9	5,5	32
Total	104	100	32	100	69	100	17,2	100

Estes dados indicam-nos também que embora se faça uma distinção entre jornais de referência (*Público*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*) e jornais populares

(*Correio da Manhã* e *24 Horas*), nota-se que na hiper-mediatização deste caso o *Diário de Notícias* (embora com menos peças) foi capaz de publicar, em menos exemplares, o mesmo número de páginas que o *Correio da Manhã*.

Podemos ainda referir que o *24 Horas* comprova ser um jornal de cariz sensacionalista quando com o menor número de exemplares consegue ter um número de peças maior do que qualquer um dos jornais de referência.

Na categoria “Capa”, de um total de 32 exemplares de jornais analisados, 17 fizeram capa com o dito “Tiroteio da Quinta da Fonte”, dos quais apenas 2 não apresentavam fotografia. Os restantes 15 não fizeram capa.

Figura 1: Exemplo de capas que mencionaram o caso da Quinta da Fonte



Das 15 capas que apresentaram fotografia, podemos concluir que o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias* tiveram o mesmo número de capas publicadas (5 cada) e que as restantes sete foram distribuídas da seguinte forma: duas para o *Jornal de Notícias*, duas para o *Público* e três para o *24 Horas*. As 2 que fizeram capa sem fotografia (1 do *Público* e outra do *24 Horas*) apresentavam um parágrafo explicativo com a indicação da secção e das páginas da matéria sobre o assunto. Podemos ainda concluir que o *Público* fez capa em metade das suas edições, o

Diário de Notícias em todas as edições, o *Jornal de Notícias* em apenas 2 dos 9 exemplares que publicou, o *Correio da Manhã* em mais de metade das suas edições (apenas 3 exemplares não fizeram capa) e o *24 Horas* em todas os seus exemplares analisados, não utilizando fotografia em apenas um deles. Quer isto dizer que os jornais populares fizeram uma hiper-mediatização do caso dando um grande destaque ao mesmo através da capa ilustrada e, que dos jornais de referência, o *Diário de Notícias* foi o que mais se aproximou das estratégias utilizadas pelos jornais populares.

Na categoria “Espaço das Peças” podemos ver que num total de 104 peças em que se podem encontrar menções ao dito caso, 77% das peças publicadas revela ser de pequenas proporções (80), enquanto apenas 23% (o equivalente a 24 peças) atingem um tamanho realmente grande (igual ou superior a meia página). Nota-se também que os jornais populares são os que mais usam o formato mais pequeno, daí também que tenham mais peças por exemplar. Este formato acarreta uma leitura mais rápida e, talvez por isso mesmo, mais vulgar nos jornais populares.

Pela análise do conjunto de peças seleccionadas, podemos verificar que as secções em que o incidente do “Tiroteio da Quinta da Fonte” foi mais colocado foram sobretudo Portugal (26,9%), Actual (23,2%) e País (14,4%). Isto significa que as peças sobre o incidente foram colocadas na sua grande maioria em espaço privilegiado de informação (as primeiras páginas), ganhando muito destaque, durante o tempo em que incide a pesquisa, quer nos jornais de referência, quer nos populares. Quanto ao tipo de peça, podemos ver que o tipo mais comum entre as peças analisadas é o tipo Notícia (42,3 %), seguido da Caixa (25%) e da Breve (17,3%), sendo que só os jornais populares utilizam o tipo “Breve”, enquanto os de referência optaram sobretudo pela “Notícia”.

Tabela 2: Variação das notícias quanto à forma nos jornais

Forma	Tipo	Frequência	%	Jornais de referência	%	Jornais populares	%
Espaço	Pequeno	80	77	29	61,7	51	89,5
	Grande	24	23	18	38,3	6	10,5
	Total	104	100	47	100	57	100
Secção em que ocorre	Portugal	28	26,9	11	23,4	17	29,8
	Actual	24	23,2	13	27,7	11	19,3
	País	15	14,4	15	31,9	0	0
	Nacional	10	9,6	0	0	10	17,5
	Outras	27	25,9	8	17	19	33,4
	Total	104	100	47	100	57	100
Tipo de Peça	Notícia	44	42,3	29	61,7	15	26,3
	Caixa	26	25	12	25,5	14	24,6
	Breve	18	17,3	0	0	18	31,6
	Outros	16	15,4	6	12,8	10	17,5
	Total	104	100	47	100	57	100
Imagem	Até 1:2 página	56	53,8	26	55,3	30	52,6
	Gráficos	6	5,8	4	8,5	2	3,5
	Sem	42	40,4	17	36,2	25	43,9
	Total	104	100	47	100	57	100

No que diz respeito à fotografia ou imagem, o que importa salientar é que 53,8% das peças contém imagem de dimensões até meia página e que outros 5,8% constituem gráficos, o que quer dizer que na sua grande maioria as peças vêm acompanhadas de algum tipo de ilustração com dimensões generosas. Tanto jornais de referência como jornais populares parecem estar muito equilibrados nesta categoria, notando-se apenas um maior interesse na apresentação de gráficos por parte dos jornais de referência. A imagem tornou-se um suporte frequente no auxílio à passagem da mensagem. Como disse Woodrow: *A imagem... Haverá algo mais sedutor do que a imagem? Ela oferece-se totalmente, no instante, a um público*

*tornado blasé, apressado, que não tem tempo nem vontade, nem por vezes a capacidade de se deter, de examinar e ainda menos de analisar a mensagem recebida. A imagem é a facilidade: ela encoraja a preguiça, a passividade*¹⁹.

Quanto ao que diz respeito ao conteúdo:

A análise dos dados relativos às 104 peças seleccionadas mostra que na categoria “Descrição das fontes”, em 61,5% dos casos não é dada qualquer voz às fontes consideradas não institucionais e, quando é dada voz, é também referida a sua etnia (27,9%). Enquanto que às fontes consideradas institucionais, em 64,4% das vezes em que é dada voz, não é referida nenhuma etnia, sendo que em apenas 32,7% dos casos não são chamadas a intervir.

Também neste caso são mínimas as diferenças entre jornais de referência e jornais populares. Isto sugere que para além de as fontes institucionais serem mais chamadas a prestar declarações, também gozam de um estatuto que torna a menção à etnia irrelevante.

Já na categoria “Denominação dada às minorias envolvidas”, a mais utilizada é “Ciganos” com 168 registos (32%), seguida de “Comunidade cigana” com 75 registos (14,3 %). Os “Africanos” são mencionados 64 vezes (12,2%) e os “Grupos” 48 vezes (9,2%). Podemos então concluir que das duas etnias envolvidas, a mais referida é sem dúvida a cigana, e que os jovens de origem africana são a maior parte das vezes englobados na categoria dos “Africanos”, apesar de na sua grande maioria já serem nascidos em Portugal e terem a nacionalidade portuguesa. Pelo cruzamento de dados chegamos ainda à conclusão de que os jornais de referência empregaram

¹⁹ Woodrow, A., *Informação. Manipulação.*, pág. 43.

mais a denominação “Ciganos” do que os populares (34,7% contra 28,1%) e menos a “Africanos” (9,2% contra 16,7% dos populares).

Tabela 3: Conteúdo das peças (fontes, minorias e evento)

Conteúdo	Tipo	Frequência	%	Jornais de referência	%	Jornais populares	%
Descrição das fontes	<u>Institucionais:</u>						
	Com menção à etnia	3	2,9	3	6,4	0	0
	Sem menção à etnia	67	64,4	31	66	36	63,2
	Não se aplica	34	32,7	13	27,6	21	36,8
	Total	104	100	47	100	57	100
	<u>Não Institucionais:</u>						
	Com menção à etnia	29	27,9	15	31,9	14	24,6
	Sem menção à etnia	11	10,6	4	8,5	7	12,3
	Não se aplica	64	61,5	28	59,6	36	63,1
	Total	104	100	47	100	57	100
Denominação das Minorias	Etnia cigana	38	7,3	26	8,3	12	5,7
	Etnia africana	8	1,5	5	1,6	3	1,4
	Ciganos	168	32	109	34,7	59	28,1
	Africanos	64	12,2	29	9,2	35	16,7
	Comunidade cigana	75	14,3	36	11,5	39	18,6
	Comunidade africana	31	5,9	18	5,7	13	6,2
	Grupos	48	9,2	32	10,2	16	7,6
	Moradores	41	7,8	20	6,4	21	10
	Outros	51	9,8	39	12,4	12	5,7
Total	524	100	314	100	210	100	
Descrição do Evento	Tiroteio	74	29,4	19	17,3	55	39
	Conflito	40	15,9	26	23,6	14	9,9
	Confronto	44	17,5	18	16,4	26	18,4
	Tiros	22	8,8	7	6,4	15	10,5
	Disparos	11	4,4	6	5,5	5	3,6
	Violência	18	7,2	5	4,5	13	9,2
	Guerra	9	3,6	3	2,7	6	4,4
	Rixa	7	2,8	5	4,5	2	1,4
	Desacatos	9	3,6	6	5,5	3	2,2
	Outros	17	6,8	15	13,6	2	1,4
Total	251	100	110	100	141	100	

Por outro lado, se virmos as categorias consideradas “politicamente mais correctas” como são as denominações “Etnia Cigana” vs “Etnia Africana”, ou “Comunidade Cigana” vs “Comunidade Africana”, podemos ver que a etnia cigana foi mencionada em 7,3% dos casos enquanto a africana o foi apenas em 1,5% dos casos e que a comunidade cigana também foi mencionada mais vezes do que a

africana (14,3% contra 5,9%). Como podemos ver em todos os casos, foi dada maior atenção à comunidade cigana do que à de origem africana.

No que concerne a categoria “Descrição do evento”, vemos que o incidente foi maioritariamente designado por “Tiroteio” (mencionado 74 vezes, equivalente a 29,4%), mas que também se encontram expressões como “Confronto” (17,5%) ou “Conflito” (15,9%), “Tiros” (8,8%) ou “Disparos” (4,4%). Embora com menor frequência, também aparecem expressões como “rixa entre grupos rivais”, “guerra”, “violência”, “desacatos” ou “desordem” entre outras. Das 74 vezes que se pode encontrar menção ao “Tiroteio”, 17,3% foram feitas pelos jornais de referência e 39% pelos jornais populares, o que sugere uma maior sensacionalização do acontecimento por parte jornais populares. As categorias “Confronto” e “Tiros” também têm o mesmo comportamento. “Confronto” é mencionado 18,4% das vezes pelos jornais populares e 16,4% pelos jornais de referência, enquanto “Tiros” é mencionado 10,5% pelos jornais populares e apenas 6,4% das vezes pelos jornais de referência. Curiosamente, com o termo “conflito” (talvez por ser visto como politicamente mais correcto) acontece exactamente o contrário, sendo mencionado pelos jornais de referência em 23,6% dos casos e apenas em 9,9% das vezes pelos jornais populares.

Quanto ao discurso:

Aqui foi apenas considerada uma categoria, a das “Vozes”, uma vez que este parâmetro vai ser desenvolvido mais abaixo, na secção da análise qualitativa. Nesta categoria, o resultado da pesquisa indica que, conforme o que já tinha sido apurado em estudos anteriores, se verifica “um decréscimo significativo dos enquadramentos policiais, das narrativas dramáticas e das argumentações securitárias” (Cunha, 2003, 8), havendo predominância das vozes institucionais. Ou seja, também neste caso é

dada mais voz aos actores institucionais do que aos não institucionais. Como podemos ver na Tabela 4, de entre as vozes institucionais que foram ouvidas, o governo reuniu a maior percentagem (21,4%), seguido dos polícias (10,4%), e, depois, dos especialistas (9,7%). Neste campo podemos ainda concluir que os jornais de referência preferiram dar voz aos membros do governo, enquanto os jornais populares, apesar de também o terem feito, foram os que mais voz deram aos polícias. Talvez por isso a linguagem utilizada nos jornais esteja muitas vezes contaminada pelos termos policiais.

Tabela 4: Vozes

	Tipo	Frequência	%	Jornais de referência	%	Jornais populares	%
Vozes	Governo	42	21,4	28	24,2	14	17,8
	Políticos	10	5,2	3	2,6	7	8,9
	Religiosos	3	1,6	3	2,6	0	0
	Polícias	20	10,4	8	6,8	12	15,1
	Federações	5	2,6	4	3,4	1	1,3
	Africanos	7	3,5	4	3,4	3	3,8
	2 ^{as} Gerações	6	3,2	5	4,3	1	1,3
	Ciganos	51	26,1	36	31,2	15	19
	Jornalistas	9	4,6	2	1,7	7	8,9
	Populares	7	3,5	0	0	7	8,9
	Especialistas	19	9,7	15	13	4	5
	Outros	16	8,2	8	6,8	8	10
	Total		195	100	116	100	79

Para além disso, de entre os actores não institucionais que foram ouvidos, podemos afirmar que os ciganos (26,1%) foram os mais ouvidos, e que os jovens da comunidade africana estiveram praticamente excluídos do diálogo com a imprensa. Isto sugere que, de entre as duas minorias envolvidas, os ciganos ainda têm mais atenção positiva por parte dos media do que os jovens de origem africana e os seus ascendentes.

ANÁLISE QUALITATIVA / ANÁLISE DE DISCURSO

A análise qualitativa a que pretendo proceder, como já foi dito, baseia-se nos estudos elaborados por Teun Van Dijk, cujos resultados deram origem a vários artigos, como são os casos de *Analysing Racism Throught Discourse Analysis*, baseado no estudo que o autor fez num programa de pesquisa multidisciplinar levada a cabo desde os anos 80 na Universidade de Amesterdão, *Race, Riots and the Press e Structures of News in the Press*, entre outros.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, tento neste estudo analisar as peças seleccionadas obedecendo a critérios já utilizados por Van Dijk (ou adaptando-os), e procurando estabelecer uma “relação entre o sentido subjectivo da acção, o acto objectivo (práticas sociais) e o contexto social em que decorrem as práticas em análise” (Guerra, 2008, 31).

Segundo José Rebelo, o leitor, “ao confrontar-se com o jornal, actualiza um ritual que supõe uma “primeira leitura”, uma leitura em diagonal no âmbito da qual se avaliam espaços, se comparam títulos e se percorrem, com o olhar, as ilustrações; uma “segunda leitura” em que o olhar se retarda sobre tal “caixa” ou tal lead; uma “terceira leitura” em que se escolhem as rubricas e se isolam os textos que vão ser, efectivamente, lidos” (Rebelo, 2000, 45). É por isso que num jornal, as informações que são consideradas importantes recebem lugar destaque: nos títulos e nos “leads” (estruturas temáticas). Esta ordem textual indica a importância ou a relevância do conteúdo da notícia (Van Dijk, 1985).

O processo de topicalização (processo em que a informação que é considerada mais importante num discurso é colocada no topo) é uma maneira de apresentar de forma sintética o conteúdo do texto. Vejamos como tudo isto acontece através de exemplos concretos. No dia 12 de Julho, o dia a seguir ao incidente, o *Diário de Notícias* (jornal considerado de referência) relatava o acontecido da seguinte forma:

Título de capa – “ **Horas de terror** junto a Loures com **bandos** armados na rua.”

Lead – “No bairro social da Quinta da Fonte, Apelação, as **rixas** começaram quinta-feira à noite e estenderam-se até ontem à tarde: 50 elementos, na maioria armados, dispararam e assaltaram casas. Há nove feridos.”

Esta capa estava ilustrada com uma das imagens que passaram nos jornais televisivos, em que se vêem elementos de etnia cigana com armas na mão. O artigo que se encontrava no interior do jornal dizia o seguinte:

Título de artigo – “**Vingança** deixa Quinta da Fonte entregue à **lei do faroeste**”

Subtítulo – “**Tensão** entre **ciganos** e **africanos** será o motivo”

Lead – “Loures. Em menos de 24 horas, a freguesia da Apelação, a seis quilómetros de Loures, entrada de Lisboa, viveu **cenas de terror**. **Luta** entre **grupos rivais** armados fez vários feridos”

Vejam agora um exemplo de um jornal popular. O *Correio da Manhã*, jornal que reuniu mais peças sobre o “Tiroteio da Quinta da Fonte” no total analisado, no mesmo dia (12 de Julho), relatou o acontecido da seguinte forma:

Título – “**Guerrilha urbana** às portas de Lisboa”

Subtítulo – “Bairro Quinta da Fonte transformado em **Campo de Batalha**”

Lead – “Unidade Especial da PSP fez duas detenções e apreendeu armas e munições”

Como podemos ver, nos exemplos acima referidos, o jornal de referência e o jornal popular agiram de forma semelhante quanto à representação do acontecido. Os dois exemplos pautam-se por uma dimensão simbólica negativa, associada ao campo semântico da guerra e da rivalidade (“rixas”, “lei do faroeste”, “luta”, “Guerrilha urbana”, “Campo de Batalha”). No primeiro exemplo (o do *Diário de Notícias*) salienta-se o facto de haver uma repetição da palavra “terror” num enquadramento dramático que visa a ênfase de sentimentos de estupefacção e medo. Essa hiperbolização é ainda acentuada pela junção do factor proximidade (“ [...] na rua” e

“ [...] entrada de Lisboa [...] ”). Recorre-se, então, ao “imaginário de temor urbano face às «classes perigosas» que ameaçam a segurança na cidade”(Carvalho, 2008, 307). Podemos ainda apontar o facto de a relação entre as duas etnias mencionadas ganhar destaque e ser representada sobretudo como rivalidade violenta (“rixas”, “vingança”, “grupos rivais”), mesmo quando se admite não se ter a certeza que esse seja o motivo (“Tensão entre ciganos e africanos **será** o motivo”). De notar ainda o facto de os jovens de ascendência africana serem aqui englobados na categoria “africanos”, o que sugere uma generalização abusiva e um afastamento dos mesmos em relação ao “Nós” portugueses/nacionais. No discurso sobre as minorias, é frequente perceber-se o distanciamento entre o “Nós” e o “Eles”, sobrevalorizando o primeiro em detrimento do segundo. Segundo Van Dijk, muitas vezes, este sentido é obtido através da manipulação de informação importante, omitindo-a nos títulos ou mesmo no corpo de texto. Neste caso, não só parece haver omissão de pormenores importantes, como uma categorização (criminal) generalizada das minorias, que se pode confirmar pelo uso do termo “bandos armados” para as referir.

No segundo exemplo (o do *Correio da Manhã*), podemos ver que para além de se manter o campo semântico da guerra associado ao factor proximidade, ainda é associada a ideia de alteração (rápida) de situação pelo uso do verbo “transformar” num contexto de dramatismo situacional. A estrutura frásica utilizada enfatiza a percepção de “transgressão/desvio”.

A estas características juntam-se alguns pormenores que visam intensificar o sentido surpreendente e inusual da acção, nomeadamente o numeral de grandes proporções (“50 elementos”), a longa durabilidade do incidente (“começaram quinta-feira à noite e estenderam-se até ontem à tarde”), as referências a um panorama caótico deliberado (“dispararam e assaltaram casas”) e a feridos (“vários”).

Outro aspecto que foi muito usado na representação deste caso e que tem a ver com implicações da estrutura frásica é o que podemos ver na publicação do *Jornal de Notícias* do dia 17 de Julho:

Título – “Africanos não querem que ciganos voltem”

Neste título os “africanos” ocorrem como sujeito inicial da frase. Esta posição denuncia o papel de “agente responsável” que lhes foi atribuído, o que faz com que se evidencie a acção negativa. Os “africanos” são, assim, implicitamente culpabilizados pela instabilidade gerada. A este quadro, juntam-se outros factores (fotografias, testemunhos, adjectivos qualificativos, entre outros) que intensificam a ideia de rivalidade entre as duas etnias e reforçam a atribuição do papel de agressores aos “africanos”. No seu conjunto, toda esta construção funciona como um modo de enfatizar um comportamento desviante. Os jovens de ascendência africana são, assim, de entre as duas minorias envolvidas, os que são representados mais negativamente.

Segundo Van Dijk, a repetição de modelos que fornecem informações com uma mensagem enviesada de forma sistemática (que neste caso subscreve uma intenção nítida de causar impacto na opinião pública) terá como resultado a generalização dos “modelos mentais” subjacentes levando à formação de atitudes socialmente partilhadas igualmente enviesadas.

Um texto pode ser dividido em estruturas de “significado” as quais têm uma ligação mais directa com o conhecimento, as opiniões, as atitudes e as ideologias e “estruturas de superfície”, as quais apenas têm a ver com as palavras e a estrutura frásica. Quando lemos uma notícia, o conhecimento que possuímos sobre eventos específicos (representações ou modelos mentais) é chamado à superfície e o modelo do mesmo evento é actualizado, ou pode dar-se o caso, em contrapartida, de ser construído um novo modelo mental. Contudo, esses modelos são produzidos a partir de algo anterior, aproveitando pequenas partes de crenças sociais mais gerais. As atitudes são desenvolvidas através da generalização e abstracção desses modelos que partilhamos com a sociedade (Van Dijk, 1993).

Como foi possível observar na análise dos exemplos anteriores, os textos contêm sempre discursos em que se comunicam crenças (Van Dik, 1997, 2). A análise que foi feita é apenas uma pequena amostra das inúmeras ilações e implicações discursivas que se poderiam encontrar no conjunto de textos jornalísticos publicados sobre o caso da Quinta da Fonte. Existem muitas outras estratégias discursivas que devem ser levadas em conta: importa se uma notícia é publicada na frente ou no verso de uma página, no cimo ou no fundo, se ocupa muito espaço ou não, se tem fotografias ou não, etc. (Hodge & Kress, 1958 / Van Dijk, 1993). A mesma notícia não é a mesma consoante a página em que é inserida, o local da página, o corpo da letra do título e do corpo da notícia, e as notícias ao lado das quais é colocada (Fidalgo, 1997). A partir destes e de outros elementos podemos depreender as opiniões, as ideologias e os interesses imiscuídos no texto pois este é escrito de acordo com os “modelos mentais” do respectivo autor. No caso do jornalista, os eventos são noticiados segundo o seu ponto de vista (*v. perspectiva* segundo Van Dijk, 1993). É por isso que este deve obedecer aos códigos deontológicos da sua profissão e ser imparcial, mantendo o distanciamento em relação ao acontecimento. Contudo, o que podemos ver é que quando se trata de assuntos relacionados com as minorias, os jornalistas têm uma tendência (por vezes flagrante) de se deixarem envolver pelos seus próprios “modelos mentais” deixando transparecer as suas ideologias pessoais e culturais.

Conclusão

Não restam dúvidas de que “ [...] a informação, mesmo imperfeita, é absolutamente vital para toda e qualquer sociedade humana: é o sangue que fornece ao corpo o oxigénio necessário à sua vida” (Woodrow, 1996, 61). Sem ela, não seria possível viver em sociedade, uma vez que o conhecimento depende desse elo de comunicação. E o que é a comunicação senão a transmissão de mensagens através imagens que muitas vezes se traduzem pelo uso das palavras? “O social toma forma de linguagem e a palavra não reflecte uma realidade inconsistente ou instrumental, mas é fonte essencial do conhecimento e da construção problemática da análise sociológica: é pela linguagem que o social toma forma, e é pela palavra que os sujeitos se socializam e se apropriam das formas de vida social” (Guerra, 2008, 32).

Os media, instituição social difusora de informação por definição, “são geradores de mediações simbólicas pelas quais se hierarquiza, se tematiza a realidade social” (Rebelo, 2000,17). A sua função prende-se com a representação objectiva da realidade, com o compromisso de verdade. Contudo, «a “realidade social” não é uma superfície lisa, o conjunto perfeitamente articulado, homogéneo e coerente que visões idealistas pretenderam impor e que o aparelho da informação se limitaria a revelar” (Rebelo, 2000, 17). Por mais que a imprensa se proclame como o “espelho da realidade”, “o poder do discurso do jornal está, pois, na sua capacidade em construir essa ilusão da realidade, sendo certo que, na maior parte das vezes, a matéria-prima utilizada, isto é, a que chega à redacção para ser convertida em notícia, é, já ela, o resultado de uma cadeia enunciativa de dimensão indefinida” (Rebelo, 2000, 109).

No processo da construção mediática da realidade, os “modelos mentais” têm um papel preponderante. A notícia, enquanto resultado final desse processo, vai espelhar não a realidade, mas sim todo o seu processo de construção e as ideologias a ele

subjacentes. Neste panorama, as minorias (sobretudo as etnicamente diferenciadas) aparecem representadas como o “Outro” por oposição ao “Nós” (maioria dominante/nacionais). A partir desta premissa, vão desenvolver-se uma série de conceitos (ou até preconceitos) que de forma sistemática se podem depreender no discurso jornalístico. Este discurso pode influenciar a opinião pública positiva ou negativamente através da imagem de realidade que a ele é associada, mas é também o produto da influência de várias dimensões sociais.

Com base no estudo efectuado neste trabalho, podemos então concluir que as minorias etnicamente diferenciadas são objecto de representações mediáticas onde claramente se podem verificar as estratégias ideológicas do processo de construção da realidade. Representadas como um “Outro” que muitas vezes está associado a um comportamento desviante e ameaçador para a maioria dominante, as minorias são alvo de uma construção mediática muito pouco objectiva e imparcial. Esta representação pode depois influenciar a opinião pública de forma negativa e pôr em causa as boas práticas jornalísticas e a cooperação deste organismo com as políticas de integração das minorias. Tendo em conta que “o social é construído - e reconstruído - pelos sujeitos” (Guerra, 2008, 30), e, que o poder dos media na produção, reprodução e transformação de ideologias (Hall, 1981/2003) é um facto incontornável, estas representações não só vão influenciar a imagem que a opinião pública faz das minorias, como vão também influenciar a imagem que as próprias minorias fazem de si mesmas e a percepção da sociedade de acolhimento sobre elas.

Bibliografia:

- **AA. VV.** (2006), *O "Pseudo-Arrastão" de Carcavelos: Documentos*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

- **AA. VV.** (2007), *Mapa de Boas Práticas. Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, Organização Internacional para as Migrações, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (OIM, ACIDI e FLAD).

- **BASTOS, J. G. e Bastos, S. P.** (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.

- **CARVALHEIRO, José Ricardo** (2008), "Etnicidade e os Media: o "arrastão" de Carcavelos na Imprensa", in Observatório (OBS*) Journal, 5, (pp. 297 - 323).
*Disponível em <http://obs.obercom.pt>

- **CUNHA, Isabel Ferin** (1997), "Nós e os Outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa", Paris, Karthala, Rev. *Lusotopie: Lusotropicalisme*, 3, 435-467.
Disponível em www.bocc.ubi.pt

- **CUNHA, Isabel Ferin** (2002), "Media and discrimination: an exploratory study on the Portuguese case", Lisboa, *Observatório da Comunicação* nº 5, Maio 2002, (artigo em co-autoria com Verónica Policarpo, Teresa L. Monteiro e Rita Figueiras).
Disponível em www.bocc.ubi.pt

- **CUNHA**, Isabel Ferin, coord. (2003), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: ACIME.

- **CUNHA**, Isabel Ferin (2005), “Das imagens dos Media aos Media: fragmentos do Espaço Lusófono”. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2005*. Disponível em www.bocc.ubi.pt

- **CUNHA**, Isabel Ferin, coord. (2006), *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa: ACIME.

- **FIDALGO**, António (1997), *A distância como virtude. Considerações sobre ética da comunicação*. Disponível em www.bocc.ubi.pt

- **GUERRA**, Isabel Carvalho (2008), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - sentidos e formas de uso*, Cascais, Principia Editora.

- **HALL**, Stuart (1981/2003), “The Whites of Their Eyes: Racist Ideologies and the Media”, in Dines, Gail and Jean M. Humez, *Gender, Race and Class in Media*, Londres, Sage Publications.

- **MACHADO**, Fernando Luís (1993), “Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização” in *Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre a Emigração e Imigração em Portugal*, Algés: Ed. Fragmentos.

- **MACHADO**, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta.

- **PIRES**, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta.

- **REBELO**, José (2000), *O Discurso do Jornal - o como e o porquê*, Lisboa, Editorial Notícias.

- **SUBTIL**, Filipa (2006), *Compreender os Media. As extensões de Marshall McLuhan*, Coimbra, Minerva.

- **TRAQUINA**, Nélson (2002), *Jornalismo. O que é.*, Lisboa, Quimera.

- **VAN DIJK**, Teun (1985), "Structures of News in the Press", In: van Dijk, (Ed.) *Discourse and Communication*. Berlin: De Gruyter, pp. 69-93.
Disponível em <http://www.discourses.org/download/articles/>

- **VAN DIJK**, Teun (1989), "Race, Riots and the Press. An analysis of editorials in the British press about the 1985 disorders", *Gazette*, 43, 229-253.
Disponível em <http://www.discourses.org/download/articles/>

- **VAN DIJK**, Teun (1993), “Analysing Racism Through Discourse Analysis, Some Methodological Reflexions”. In: J. Stanfield (Ed.), *Race and ethnicity in Research Methods*. (pp. 92-134). Newbury Park, CA: Sage, 1993.
Disponível em <http://www.discourses.org/download/articles/>

- **VAN DIJK**, Teun (1997), "The study of discourse", in Teun A. van Dijk (ed.), *Discourse as Structure and Process*. Londres: Sage, 1-34.

- **VARA BRANCO**, Alberto Manuel (2009), *A Ética e a Informação: O Jornalista como Profissional e o Jornalista como Pessoa*. Disponível em <http://www.ipv.pt/forumedia/6/9.pdf>

- **WEBER**, Max (1979), *O Político e O cientista*, Lisboa, Presença.
- **WOLF**, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.
- **WOODROW**, Alain (1996), *Informação. Manipulação.*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome: **Leonor Alexandra da Cruz Tavares**

Correio electrónico: lactavares@yahoo.com.br

Nacionalidade: **Portuguesa**

Data de Nascimento: **03 / 07 / 1982**

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Dezembro de 2007 a Dezembro de 2009:

Participação enquanto “bolsista de investigação” do Projecto *CARDS* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, coordenado pela Doutora Rita Marquilhas.

Agosto de 2006 a Novembro de 2007:

Colaboradora no projecto *Escrita e Sociedade* coordenado pela Doutora Rita Marquilhas em regime de contrato de Prestação de Serviços, com as funções:

- a) Montagem de arquivo virtual de escrita quotidiana;
- b) Localizar, decifrar, transcrever e classificar documentos (cartas privadas do século XVIII) da Inquisição Portuguesa.

Durante 2006:

Colaboradora no projecto *Move & Mente*, o qual teve como principal objectivo a promoção/divulgação da cultura negra na sociedade portuguesa.

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Julho de 2006:

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Franceses pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

PUBLICAÇÕES

(2009) Artigo "A interpretação do ilegível e do ininteligível na edição da correspondência privada" na revista *Mnemosyne – la costruzione del senso*, n° 2, Bélgica, Presses Universitaires de Louvain.

(2008) Artigo "CARDS - A research tool for linguistics and history" para as actas do congresso *RJC 2008* sob o tema "Objets, Outils, Concepts", Sorbonne Nouvelle - Paris III.

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Línguas:

- Bons conhecimentos de francês falado, lido e escrito.
- Bons Conhecimentos de inglês falado, lido e escrito.
- Conhecimento razoável de espanhol e italiano, lido e escrito.

Competências técnicas:

- Domínio, na óptica do utilizador, dos programas informáticos *Microsoft Word*, *Microsoft Excel*, *Microsoft Access* e da aplicação *XML* (Extensible Markup Language) *Editor*.

- Conhecimentos dos programas informáticos *SPSS* (Statistical Package for the Social Sciences) e *Microsoft PowerPoint*.

OUTRAS ACTIVIDADES

Presença e participação em congressos e conferências:

- Apresentação de um poster intitulado *Unknown letters: Portugal (1500 – 1900)* no âmbito do *I Congreso Internacional de Lingüística de Corpus (CILC-09)*, na Universidade de Múrcia (Espanha), de 7 a 9 Maio de 2009.
- Presença nas *XII Jornadas de Linguística*, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz - UCA (Espanha), de 30 de Março a 1 de Abril de 2009.
- Presença na conferência *Media e Imigração*, na Representação da Comissão Europeia (Lisboa), a 25 de Novembro de 2008.
- Participação no *V Incontro dell' Osservatorio Scientifico delle memorie scritte e audiovisive e del patrimonio autobiografico*, com a comunicação "L'interpretazione dell'implicito nell'edizione di lettere del passato", em Panni-Bovino (Foggia-Itália), de 6 a 8 de Agosto de 2008.
- Participação no *RJC 11 (Rencontre de Jeunes Chercheurs)* - "Objets, Outils, Concepts" com a comunicação "CARDS - A research tool for linguistics and history", na Universidade Paris III - Sorbonne Nouvelle (França), de 30 e 31 de Maio de 2008.

- Participação no Workshop de *Text Encoding and electronic textual editing*, realizado pela *Manuscript and Electronic Academy (META)* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de 30 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 2007.
- Presença no Colóquio Internacional Cesário Verde – Visões de Artista, Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras de Lisboa, realizado nos dias 17 e 18 de Novembro de 2005.